

Política/ Calvário na Paraíba

Operação pede a prisão
do ex-governador Ricardo
Coutinho e outros 16



O ex-governador da Paraíba Ricardo Coutinho (PSB) teve pedida a prisão preventiva pela sétima fase da Operação Calvário. O político é acusado de liderar um suposto esquema que teria desviado 134 milhões de reais da saúde no estado entre 2010 e 2018. Desse valor, conforme a investigação, mais de 120 milhões foram repassados a operadores e serviram para financiar campanhas eleitorais. O dinheiro viria por intermédio da Organização Social

Cruz Vermelha, contratada para administrar hospitais na região. Segundo a investigação, há fraudes em licitações, concursos públicos e compras superfaturadas de remédios. De férias na Turquia, Coutinho antecipou o retorno para prestar esclarecimentos à Justiça. Também afirmou, em nota, sua “total inocência” diante de uma “acusação genérica”. Outros 16 suspeitos foram implicados. Houve busca e apreensão contra o atual governador da Paraíba, João Azevêdo (PSB).

145 anos a menos

O Supremo Tribunal de Justiça, em decisão monocrática, anulou a maior pena imposta pela Lava Jato. O beneficiado é o engenheiro Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, apontado como operador de propinas do PSDB paulista. Souza havia sido condenado a 145 anos de prisão por formação de quadrilha e peculato. Ex-diretor da Dersa (estatal paulista de rodovias), ele foi acusado de ter desviado 7 milhões de reais em indenizações destinadas a famílias que viviam no traçado do Rodoanel.

BNDES/ NADA DE “CAIXA PRETA”

O NOVO PRESIDENTE DA INSTITUIÇÃO REJEITA A TESE BOLSONARISTA

O governo Bolsonaro abriu “caixa-preta” do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Não encontrou nada, porém. É o que diz o novo presidente do BNDES, Gustavo Montezano. Conforme declarou o economista diante de jornalistas e diretores do banco, não

há até agora “nenhuma operação polêmica a esclarecer”. Amigo dos filhos de Bolsonaro, Montezano foi nomeado na expectativa de desvendar o suposto esquema e, assim, cumprir uma promessa de campanha do ex-capitão. Na mira estavam as operações feitas nas gestões petistas, como o investimento na

JBS e o apoio à exportação de serviços de engenharia por empreiteiras. Recentemente, uma investigação independente contratada pelo próprio BNDES para apurar os negócios com a J&F (dona da JBS) concluiu que não há provas de desvios na instituição nem prejuízo gerado por dolo.



Montezano e Bolsonaro: a promessa de campanha fracassou

A Semana



Sem mais segredos

Em uma decisão histórica, o papa Francisco derrubou o “segredo pontifício” para casos de pedofilia e abuso sexual na Igreja Católica. Dessa forma, denúncias, testemunhos e documentos retidos pela Santa Sé deverão ser repassados à Justiça sempre que forem solicitados. A posse de pornografia com menores de 18 anos torna-se *delicta graviora* – os crimes mais graves. Antes, essa penalidade abarcava apenas o material contendo menores de 14 anos.



O ministro Guzmán promete: novas taxas vão financiar a segurança e a infraestrutura

Argentina/ Pacotaço contra a pobreza

Alberto Fernández propõe uma ambiciosa revisão das garantias aos mais pobres e alta dos impostos para os mais ricos

O governo de Alberto Fernández anunciou um megaprojeto para conter a crise que custou o mandato de Mauricio Macri. A chamada Lei de Emergência Econômica propõe, de um lado, subsídios para mitigar a penúria dos milhões de cidadãos relegados à pobreza. Tarifas de água, luz e outros serviços ficarão congeladas por 180 dias. Também haverá um abono aos aposentados que recebem até um salário mínimo por mês. De outro, aumenta a tributação sobre os mais ricos. Recairá sobre

a compra de dólares e outras moedas um imposto de 30%. Além disso, serão cobrados impostos sobre bens e serviços adquiridos por cidadãos argentinos no exterior. Esse dinheiro, promete Martín Guzmán, novo ministro da Economia, vai financiar a seguridade social e obras de infraestrutura. Para tirar todas essas medidas do papel, é necessário o aval do Congresso. Não será fácil. Deputados vetaram, na quarta 18, uma proposta de reforma administrativa que liberava o presidente para intervir em 67 entidades públicas.



O presidente francês quer um regime universal de aposentadorias. Os trabalhadores rejeitam

França/ LONGE DE UM ACORDO

MACRON, APESAR DOS PROTESTOS, NÃO ABRE MÃO DE SEU CONTROVERSO PROJETO DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Os sindicalistas franceses que protestam contra a reforma da previdência não devem deixar as ruas tão cedo. O ministro Édouard Philippe participou de novas rodadas de negociação com os sindicalistas, mas as negociações não avançaram.

A pressão culminou na renúncia de Jean-Paul Delevoye, alto-comissário para a reforma pego em conflitos de interesse. Macron não

abre mão de ir adiante com o projeto, mas se diz disposto a melhorá-lo. Cumprindo uma promessa de campanha, o presidente francês quer acabar com regimes especiais de aposentadoria, além de propor mudanças na idade mínima. Manifestações contrárias têm ocorrido desde o início do mês em dezenas de cidades. A mais recente delas reuniu 615 mil franceses.